

UNIVERSIDADE
FEDERAL DE
RONDÔNIA

CENTRO
INTERDISCIPLINAR DE
ESTUDO E PESQUISA
DO IMAGINÁRIO
SOCIAL



REVISTA LABIRINTO
ISSN 1519-6674
ANO XX
VOLUME 33
(JUL-DEZ)
2020
P. 211-225.

UNIVERSO DO DISCURSO EM MICHEL FOUCAULT CONTRA A PERSPECTIVA ESTRUTURALISTA DE FERDINAND SAUSSURE

Cleidson de Jesus Rochaⁱ
Professor Adjunto no Centro de Educação e Letras - Campus Floresta
Universidade Federal do Acre (UFAC)

Maria de Nazaré Rodrigues de Limaⁱⁱ
Mestre em Letras pela Universidade Federal do Acre (UFAC)

RESUMO

O presente trabalho busca, através de uma análise das obras *A ordem do discurso*, *As palavras e as coisas* e *A Arqueologia da saber* de Michel Foucault apresentar e discutir os principais conceitos referentes à análise do discurso estabelecidos pelo autor. Para atender a esse objetivo principal, o artigo se divide em quatro partes, sendo: 1) *A Ordem do Discurso*, onde delimitamos as formas como o discurso se manifesta nas sociedades; 2) A tese principal de *As palavras e as coisas*, que define que a ordem é naturalizada através do discurso, funcionando como uma espécie de “lei interior”, em que o indivíduo se habitua às imposições da sociedade; 3) *A Arqueologia do Saber* como estratégia da análise dos discursos e de sua estruturação interna; 4) As diferenciações sintomáticas dos estudos arqueológicos de Foucault contra o estruturalismo de Saussure. O método utilizado foi o bibliográfico, com o procedimento hermenêutico. O texto permeia os principais conceitos propostos por Foucault referentes à análise do discurso, cujas operações cumprem o propósito de ordenamento e homologação de saberes e poderes, contrapondo-se, no final, a visão estruturalista de Ferdinand Saussure.

Palavras-Chave: Análise do discurso; Michel Foucault; Estruturalismo; Ferdinand Saussure.

UNIVERSE OF DISCOURSE IN MICHEL FOUCAULT AGAINST THE STRUCTURALIST PERSPECTIVE OF FERDINAND SAUSSURE

ABSTRACT

This work seeks, through an analysis of the works *The order of the discourse*, *The words and the things* and *The Archeology of knowledge* by Michel Foucault to present and discuss the main concepts related to the discourse analysis established by the author. To meet this main objective, the article is divided into four parts: 1) The Order of Discourse, where we delimit the ways in which discourse manifests itself in societies; 2) The main thesis of *The words and things*, which defines that order is naturalized through discourse, functioning as a kind of “inner law”, in which the individual gets used to the impositions of society; 3) The Archeology of Knowledge as a strategy for discourse analysis and its internal structure; 4) The symptomatic differentiations of Foucault's archaeological studies against Saussure's structuralism. The method used was the bibliographic, with the hermeneutic procedure. The text permeates the main concepts proposed by Foucault regarding the analysis of the discourse, whose operations fulfill the purpose of ordering and homologating knowledge and powers, in contrast, in the end, the structuralist vision of Ferdinand Saussure.

Keywords: Discourse analysis; Michel Foucault; Structuralism; Ferdinand Saussure.

INTRODUÇÃO

Buscamos por meio das obras *A ordem do discurso*, *As palavras e as coisas* e *A Arqueologia do saber*, delinear alguns conceitos básicos trabalhados por Foucault, para melhor compreensão da análise discursiva arqueológica a que o autor se propõe. Pretendemos, com isso, mostrar sua contribuição para os estudos da linguagem, destacando, ao final, em que o seu pensamento difere do “estruturalismo” de Saussure.

Os estudos foucaultianos nos conduzem para o mundo do discurso, que cumpre o propósito de produzir dominação dos indivíduos e grupos, definindo campos de poder e ordenamento dos corpos. O discurso pronunciado em diversas formas, tem o poder de alienação do ser, capacidade de dominar o Outro. Por meio da linguagem se produzem as narrativas, se constroem realidades, reproduzem os fatos e criam-se regras que se naturalizam, e nelas, estabelecem-se relações de domínio e poder.

Na lógica das construções discursivas, nada é natural, tudo foi naturalizado. O que conhecemos são narrativas que são produzidas através do olhar de alguém, que ao narrar o fato acontecido ou os fenômenos, faz escolhas, passando pelos registros da memória, pelos aspectos sentimentais, pelo repertório cultural, etc., de modo que sua narrativa é incapaz de trazer o lugar, o tempo, o espaço real. O que comparece nas representações discursivas é,

portanto, apenas uma parcela de uma seleção realizada pelo sujeito, ainda que este não tenha consciência dessas escolhas.

Assim, a reprodução dos fatos e da constituição dos fenômenos não pode ser vista como uma cópia fiel da realidade em si. Presume-se que o mundo real, conforme as marcas da espacialidade e temporalidade, não pode ser reproduzível pela linguagem. Apesar de vivermos no mundo real, não temos como transportá-lo para a linguagem. Somos só presente, o “agora”, pois o passado não volta, o que volta é uma narrativa sobre, tecida pelo olhar do escritor, ou narrador. As palavras são produtoras de realidades, e assim sendo, permitem com que o discurso seja produtor de **212** subjetividades, que se colocam como mundo paralelo ao mundo real.

Por meio das obras sob análise, Foucault nos convida ao complexo campo de problematizações do discurso. Parte da identificação da seara discursiva como representação, possibilidades de fazer visível o que é dito, não interessando o que estar oculto, o que não foi traduzido em discurso. *A ordem do discurso* é pensada por Foucault como uma construção social, produto das relações humanas que institui relações de poder, constrói realidades e com isso, submissão, imposição de regras de ordenamento.

Para Foucault, o poder se manifesta nas micro relações e, portanto, é uma construção humana, não sendo atribuído por mecanismos divinos, mas realiza-se por meio de interações

multifacetadas, idealizadas no meio social como resultado das trocas estabelecidas entre as pessoas. O poder materializa a instituição de uma lógica disciplinar, com controle dos corpos, das mentes, e nesta relação, funde-se dizibilidade e visibilidade. O poder de controle sobre os corpos se assegura em regras tácitas, nem sempre pronunciadas, mas opera uma força que constitui lugares, de onde se demarcam territórios ocupáveis, seja por critérios raciais, econômicos, culturais, sexuais, etc.

Em seus estudos Foucault busca mostrar a ação dos discursos agem como forma de dominação e poder, como se instauram e se estabelecem dentro de determinada sociedade, como são aceitos, naturalizados. Ao mesmo tempo, o autor assegura que a genealogia dos saberes traz a tona as rupturas que acontecem nas delimitações de lugares sociais, desenhados pelo poder dos discursos que perpassam as novas “epistemes”. Desse modo, através da análise arqueológica, ele busca os acontecimentos discursivos que a seu ver estão organizados e cujos registros podem ser encontrados em documentos que ele chama de arquivo, para, a partir deste estudo, entender a modernidade, e o lugar que os indivíduos ocupam e o que estes se tornaram nos dias de hoje (FOUCAULT, 2012a).

A ORDEM DO DISCURSO

A obra *A Ordem do Discurso* é a íntegra da aula inaugural no Collège de France, proferida em dezembro de 1970, em que

Foucault traz, em forma de conferência, diversas abordagens sobre o discurso, delimitando as formas como ele se manifesta nas sociedades. Seu *discurso sobre os discursos* apresenta os princípios teórico-metodológicos da sua análise genealógica, bem como aponta a disseminação das formas de controle, regras e poder no meio social. Mostra-nos que, “a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 2012, p. 8-9).

Os mecanismos de controle que perpassam a *ordem do discurso*, levam os indivíduos a escamotear, mesmo que não queiram, sentidos no que dizem, pois não se falar tudo nem qualquer coisa, em qualquer lugar, visto que o discurso, segundo Foucault, funciona, ao mesmo tempo, como ordenamento e poder. Nessa lógica, os silenciamentos também são expressivos do conjunto de poderes impressos no meio social, sendo expressão dos procedimentos de exclusão existente na sociedade. A força do discurso traz a “exclusão e interdição”, que opera e se manifesta sobre determinados assuntos e (im)possibilidades de fala de alguns, por suas condições sociais, especialmente aqueles que se inserem na situação de “dominados”.

Neste sentido, a interdição (proibição) imposta pelo discurso, opera como forma de controle entre o desejo e o poder. Os

silenciamentos retém determinados grupos em lugares sociais menos favorecidos, enquanto os discursos funcionam como veículos propulsores de ascensão dos que têm o domínio discursivo e impõe-se, através das palavras, alimentando, dessa forma, seu ego, e a permanência do “status quo”. Vê-se, pois, que “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar” (FAUCAULT, 2012, p. 10). Nesta perspectiva, compreende-se que o discurso constrói, interfere, articula e manipula as relações sociais, visto que somos frutos de narrativas que são construídas, ou tecidas pelo olhar de alguém, com objetivos específicos, intuitivos de ordenamento, interferências e subjetividades distintas.

Foucault apresenta em seu debate, três sistemas de exclusão do discurso: a) *a palavra proibida*; b) *a segregação da loucura* e c) *a vontade de verdade*, caracterizando-os como procedimentos externos. No primeiro, *a palavra proibida*, encontramos a “exclusão e interdição”, atribuídas a temas e abordagens que não podem ser proferidas, são “proibidas”, consideradas “tabus”, como também as impossibilidades do exercício ao direito de fala, na condição de “subalterno”. Esse sistema revela o poder que se instaura e é exercido através do discurso. Dessa forma, diz Foucault, ilustrando o que já referimos acima: “Sabe-se que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer

um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusividade do sujeito que fala [...]”. (FOUCAULT, 2012, p. 9).

O sistema da *segregação da loucura* relaciona-se à “separação ou rejeição”. Direciona-se para a oposição *razão versus loucura*, com a palavra do louco considerada como não verdade, nula, e, assim, “excluída ou secretamente investida pela razão, no sentido restrito, ela não existia. Era através de suas palavras que se reconhecia a loucura do louco; elas eram o lugar onde se exercia a separação; mas não eram nunca recolhidas nem escutadas” (FOUCAULT, 2012, p. 11). A lógica da louca é outra, oposta e inimiga a da *ratio* moderna, que 214 tudo explica por critérios racionais, principalmente quando apoiada em métodos científicos considerados válidos.

A *vontade de verdade* está relacionada à possibilidade de transitar entre verdadeiro e falso. É vontade enquanto força mobilizadora, que tem desejo e pretensão de legitimidade. A vontade tem, contudo, espectro de delírio ou de justiça, a depender de quem seja seu portador. A verdade, assim, é configurada pelo contexto social, que acata determinadas teses, impondo aos membros de uma certa comunidade as regras e ordenamentos, que passam a cuidar do lugar social de cada um. A pretensão de verdade é mais sólida e eficaz quando representada por instituições sociais, que representam, discursivamente, os fóruns de deliberação sobre os comportamentos e práticas sociais. Dessas

advém as maiores e mais eficazes regras de ordenamento, sejam dos corpos, dos sentidos ou dos discursos, operando sob a instituição da obediência como método. Conforme Foucault:

[...] essa vontade de verdade, como os outros sistemas de exclusão, apoia-se sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçado e reconduzida por um compacto conjunto de práticas como a pedagogia, é claro, como o sistema dos livros, da edição, das bibliotecas, como as sociedades de sábios outrora, os laboratórios hoje. Mas ela é também reconduzida, mais profundamente se dúvida, pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído (FOUCAULT, 2012, p. 17).

Dessa forma, percebe-se que essa *vontade de verdade*, assim posta em nossa sociedade nas e pelas instituições, sempre exerceu poder, domínio e coerção social. Por meio dela ganha prevalência o discurso da “verdade”, o que se pretende e anseia comprovar, através do discurso coercitivo e “verdadeiro”, normatizando o que todos devem seguir: as regras, as leis impostas e que devem ser cumpridas, em um ordenamento dos corpos e mentes.

Neste sentido, Foucault trabalha com o argumento de que o discurso age no imaginário das pessoas, atuando com fonte estratégica para que sejam aceitas e seguidas no meio social as regras, normas e valores, como uma imposição que se naturaliza. Com isso, o direcionamento do discurso se fixa no significante e não no significado. Agindo no imaginário, cria-se um sentimento, construído através do discurso, de verdadeiro e falso, o que pode e o que não pode, o que é permitido e o que é proibido no meio

social. Essa prática do ordenamento naturalizado, configura-se como verdade. O discurso é o que vira realidade e se naturaliza.

A análise foucaultiana destaca três procedimentos internos no discurso, que são: a) *o comentário*; b) *o autor* e c) *a disciplina* - que remetem a possibilidade do “acontecimento e do acaso”, exercendo, segundo Foucault, função coercitiva e restritiva.

Classifica o *comentário* como algo a ser dito sobre o que já está escrito, o que amplia as possibilidades de interpretação do texto sem deixá-lo de lado e possibilita a construção de novos discursos, a partir dos já construídos, que remetam a compreensão do texto primeiro. Assim dia Foucault:

O comentário conjura o acaso do discurso fazendo-lhe sua parte: permite-lhe dizer algo além do texto mesmo, mas com a condição de que o texto mesmo seja dito e de certa forma realizado. A multiplicidade aberta, o acaso, são transferidos, pelo princípio do comentário, daquilo que se arriscaria de ser dito, para o número, a forma, a máscara, a circunstância da repetição. O novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta. (FOUCAULT, 2012, p. 25-26).

Nessa perspectiva o *autor* é fonte primordial para o *comentário*, pois na visão de Foucault o ele deve ser visto como “princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência” (FOUCAULT, 2012, p. 26), mas não funciona como uma constante, uma regra geral que deve aparecer em todos os discursos, uma vez que este sentido não vigora em toda sua magnitude, circunstâncias e eventos, pois é certo

que há discursos cotidianos que não necessitam de uma autoria, como é o caso dos textos literários, (que para serem considerados verdades, se faz necessário a divulgação da autoria, a presença do autor). Nessa lógica o *autor* não exerce a mesma função nas diferentes condições de discursos.

Em relação a *disciplina*, esta funciona como oposição ao *comentário* e ao *autor*, no sentido de que uma disciplina, por ser estruturada por conjuntos de métodos, técnicas, regras e conhecimentos variados, não pressupõe que esses discursos tenham autores específicos para cada conhecimento elencado, ao mesmo tempo em que procura, a partir dos conhecimentos (discursos) já existentes, construir novas aprendizagens (novos discursos), que se estabelecem e se firmam nas relações sociais e suas necessidades.

Outro aspecto relevante à obra em análise é a sugestão de Foucault de que existam quatro princípios que norteiam a análise do discurso, quais sejam: o princípio da *inversão*; da *descontinuidade*; da *especificidade* e, por fim, da *exterioridade*, que podem ser agrupados em dois conjuntos, um *crítico* e um *genealógico*. O *crítico*, nas palavras de Foucault, direciona-se a análise “das formas de exclusão, da limitação”, de modo a “mostrar como se formaram, para responder a que necessidades, como se modificaram e se deslocaram, que força exerceram efetivamente, em que medida foram contornadas” (FOUCAULT, 2012, p. 60). O conjunto *genealógico* busca analisar “como se

formaram, através, apesar, ou com o apoio desses sistemas de coerção, as séries de discursos; qual foi a norma específica de cada uma e quais foram suas condições de aparição, de crescimento, de variação” (FOUCAULT, 2012, p. 60-61).

Postos os aspectos que normatizam os discursos como poder, passemos a análise da segunda obra de nosso estudo.

AS PALAVRAS E AS COISAS

O livro *As Palavras e as Coisas* foi publicado em 1966 e surge a partir da leitura de um texto do argentino Jorge Luiz Borges, que faz referência a Enciclopédia Chinesa, em que há 216 a distinção de seres reais e seres que só podem existir no imaginário. Essa circunstância pareceu a Foucault uma anedota, uma vez que este não compreende possibilidade de pensar a concretização desta realidade, pois entende que a realidade já segue um modelo pré-estabelecido por regras. Imaginário e realidade são, para o autor, a mesma coisa. Pensar a realidade distintamente do que o pensamento a representa, seria, assim, um desmonte da ordem das coisas. O entrelaçamento entre o real e o imaginário num convívio harmonioso, pensado por Borges, jamais poderia existir na vida real. Na perspectiva de Foucault, o único meio para esse encontro seria no campo da escrita. Isso demonstra a força, o poder das palavras, pois somente através da linguagem pode-se unir o possível e o impossível à existência de seres

fabulosos e fantásticos, permitindo as utopias, as heterotopias. Assim, coloca Foucault,

As utopias consolam: é que, se elas não têm lugar no real, desabrocham, contudo num espaço maravilhoso e liso; abrem cidades com vastas avenidas, jardins bem plantados, regiões fáceis, ainda que o acesso a elas seja quimérico. As heterotopias inquietam, sem dúvida porque solapam secretamente a linguagem, porque impedem nomear isto ou aquilo, porque fracionam os nomes comuns ou os emaranham, porque arruinam de antemão a ‘sintaxe’ e não somente aquela que constrói as frases – aquelas menos manifestas, que autoriza ‘manter juntos’ (ao lado e em frente uma das outras) as palavras e as coisas (FOUCAULT, 2007, p. XIII).

Foucault vê em Borges a possibilidade de “desconcertar” o previsível, de desfazer por meio da linguagem a ordem pré-estabelecida entre as palavras e as coisas, abrindo caminho para novas experiências, novos saberes que direcionam para o surgimento, ou “invenção” do homem na modernidade.

Para Foucault a ordem é instaurada nas coisas, naturalizada através do discurso, funcionando como uma espécie de “lei interior”, em que o indivíduo, de forma natural, se habitua às imposições da sociedade em que vive, por meio de identificações com uma linguagem pré-estabelecida por outrem. Dessa forma Foucault argumenta que:

A ordem é ao mesmo tempo aquilo que se oferece nas coisas como lei interior, a rede secreta segundo a qual elas se olham de algum modo umas às outras e aquilo que só existe através do crivo de um olhar, de uma atenção, de uma linguagem; e é somente nas casas brancas desse quadriculado que ela se manifesta em profundidade como já

presente, esperando o momento de ser enunciada (FOUCAULT, 2007, p. 16).

Desse modo, entre as palavras e as coisas foi estabelecido um critério previamente definido e naturalizado pelos integrantes do meio social, para que possam distinguir as coisas como *isso* e não *aquilo*, como se fosse um “contrato imaginário”, “inconsciente” entre os membros de determinada sociedade. Afinal, o *isso* e não *aquilo* é o que estabelece a ordem.

É consenso de que as culturas já são preestabelecidas e os indivíduos se adaptam e seguem suas diretrizes socializadas por meio dos “conhecimentos empíricos” que permeiam o meio social. As relações e interações entre as pessoas são veículos de transmissão de 217 informações e sentidos já naturalizados e, com isso, se instaura o ordenamento, a ordem das coisas.

Em *As Palavras e as Coisas* Foucault investiga, pois, a “experiência nua da ordem e de seu modo de ser” (FOUCAULT, 2007, p. 17) e assim explica que,

No presente estudo, é essa experiência que se pretende analisar. Trata-se de mostrar o que ela veio a se tornar, desde o século XVI, no meio de uma cultura como a nossa: de que maneira, refazendo, como que contra a corrente, o percurso da linguagem tal como foi falada, dos seres naturais, tais como foram percebidos e reunidos, das trocas, tais como foram praticadas, nossa cultura manifestou que havia ordem e que as modalidades dessa ordem deviam as permutas suas leis, os seres vivos sua regularidade, as palavras seu encadeamento e seu valor representativo; que modalidades de ordem foram reconhecidas, colocadas vinculadas ao espaço e tempo, para formar o suporte positivo de conhecimento tais que

vão dar na gramática e na filologia, na história natural e na biologia, no estudo das riquezas e na economia política (FOUCAULT, 2007, p. 18).

Nessa perspectiva Foucault apresenta a arqueologia como procedimento que busca diagnosticar o aparecimento de novos saberes, as *epistemes*, pois para ele não existe uma progressão linear da história, dos saberes construídos. Ele refuta a ideia de linearidade e diz que há uma ruptura e aparecimento de um novo saber ou nova *episteme*. E que, na transição de uma para outra, o sujeito e o objeto nunca serão os mesmos.

A aplicação de seu método arqueológico levou Foucault a identificar duas descontinuidades na “*epistème*” sendo elas: a) a que faz surgir a idade clássica – século XVIII e b) a iniciada com o surgimento da modernidade, no início do século XIX, em que no nível arqueológico, vê-se que o sistema das positivities mudou de maneira maciça na curva dos séculos XVIII e XIX. Esses dois movimentos não significam atestar que a razão tenha feito progressos. Segundo Foucault, o que mudou foi “o modo de ser das coisas e da ordem que, distribuindo-as, oferece-as ao saber [...]” (FOUCAULT, 2007, p. 19).

Nessas descontinuidades apontadas por Foucault aparece o homem como uma nova figura do saber, com espaço próprio nas ciências humanas que surge com a modernidade. O homem, posto, a partir daí, como objeto das ciências humanas é, pois uma “invenção recente”

e nada garante que esta invenção seja descontínua, pois, sujeita ao devir, ao eterno recomeço, pode desaparecer, tão logo apareça outra forma de saber. Assim argumenta Foucault: “o homem não passa de uma invenção recente, uma figura que não tem dois séculos, uma simples dobra de nosso saber, que desaparecerá desde que este houver encontrado uma forma nova” (FOUCAULT, 2007, p. 21).

Foucault busca compreender como esses saberes, essas *epistemes*, vão produzir a concepção de humanidade, no lastro da modernidade. Infere-se, neste tempo, o homem como sendo, ao mesmo tempo, observador e o observado, passando a ser considerado como sujeito e objeto do conhecimento. Desse modo, **218** mergulha nos “*a priori* históricos” para buscar compreender como determinadas condições vão se sobrepôr e triunfar por dado período, e como acontece a ruptura para uma nova *episteme*.

No primeiro capítulo ele traz, por meio da análise do quadro *Las meninas*, de Velasquez, as nuances, os detalhes, os vários enigmas do quadro, que permeiam e simbolizam uma transição entre classicismo do século XVIII e a Modernidade do século XIX. Explicita a prevalência da noção de representante e representado, intercambiando visível e invisível, sujeito e objeto, numa relação instável da linguagem que, por sua vez, perdura-se como infinita, dada as múltiplas possibilidades de interpretação e a impropriedade de trazer a imagem para a realidade atual. Assim o autor: (2007, p. 12):

Mas a relação da linguagem com a pintura é uma relação infinita. Não que a palavra seja imperfeita e esteja em face do visível, num déficit que em vão se esforçaria por recuperar. São irredutíveis uma ao outro: por mais que se diga o que se vê, o que se vê se não se aloja jamais no que se diz, e por mais que se faça ver o que se está dizendo por imagens, metáforas, comparações, o lugar onde esta resplandecem não é aquele que os olhos descortinam, mas aquele que as sucessões da sintaxe definem. (FOUCAULT, 2007, p. 12)

Desse modo, fica perceptível que a estratégia de Foucault em sua análise metafórica do quadro de Velasquez era demonstrar a realidade como se esta pudesse ser representável no quadro, que lhe dá objetividade. O homem, ali, atua como sujeito e objeto, ao mesmo tempo personagem e crítico de seu contexto, e mesmo assim, sendo capaz de se contemplar a si mesmo. Comparece, na análise foucaultina, a noção de coisa - aqui representada pelo quadro -, e as palavras - circunscritas às interpretações possíveis da imagem que lhe dá realidade. Nesse jogo de olhares, todos os personagens expostos no quadro, de alguma maneira se olham e, dessa maneira, é possível entender em que momento o homem olha para si mesmo como objeto.

A Arqueologia do Saber

Na obra *A Arqueologia do Saber*, publicada em 1969, Foucault enfatiza o estudo arqueológico que desenvolveu e dedica a obra para explicar dúvidas sobre determinados conceitos tratados em suas obras anteriores.

O estudo arqueológico propõe a análise dos discursos e a sua descrição. Visa assim, atentar para o que é dito, pois é isto que compõe o que ele caracteriza como arquivo, que a arqueologia analisa, não buscando caracterizar o que seja verdadeiro ou falso, mas investigando como e onde surgiu, qual contexto, sua evolução, o que foi dito, quem disse, por que disse, em que momento foi dito, e, desse modo, perceber as circunstâncias que favoreceram seu aparecimento, suas transformações e suas discontinuidades.

Foucault inicia esta obra enfatizando a necessidade de voltar a algumas explicações, consideradas necessárias para a compreensão do estudo arqueológico. Acreditando que o discurso 219 possui vários sentidos e significados, Foucault explicita assim o método arqueológico: “[...] ora domínio de todos os enunciados, ora grupo individualizável de enunciados, ora prática regulamentada dando conta de um certo número de enunciados” (FOUCAULT, 2015, p. 96).

Neste sentido a definição do *enunciado* comparece como tarefa primeira da sua arqueologia do saber e o autor apressa-se em dizer o que o enunciado não é, por meio de três interpretações que, segundo ele, podem confundir-se com o enunciado. Faz isso especificando essas interpretações nos seguintes termos:

a) A primeira refere-se à *proposição* que é defendida pelos lógicos. Para Foucault, o enunciado não coincide com a proposição pois podem aparecer, na mesma proposição, dois

enunciados diferentes. Assim utiliza dois exemplos para justificar sua tese: a) “Ninguém ouviu” e b) “é verdade que ninguém ouviu” (FOUCAULT, 2015, p. 97). Esses dois exemplos mostram as possibilidades iguais de utilização da mesma sequência de construção, demonstrando que enunciados distintos, são, do ponto de vista da lógica, “indiscerníveis”;

b) A segunda interpretação refere-se a *frase*. Foucault ensina que o enunciado não pode ser confundido com uma frase, visto que a frase exige uma estrutura linguística, o que não é exigido no enunciado, pois ele não pode ser definido pelos caracteres que são formadas as frases. Neste caso toda frase é enunciado, mas nem todo enunciado é frase. Neste sentido, o autor coloca que a frase aprisiona o enunciado, que por sua vez, para atuar no discurso, precisa de mais movimentação.

c) A terceira interpretação é de que o enunciado não é um *ato ilocutório* ou um *speech act* (como visto pelos filósofos analistas), pois, apesar de ser o que mais se aproxima da definição de enunciado não o é, pois compõe-se por mais de um enunciado.

Foucault não encaixa, nestas três proposições, o significado de *enunciado*, deixando de conceituá-lo, dado que o enunciado é compreendido como um conteúdo mutável, que não possui uma forma fixa. Dessa forma, relaciona-o com os signos, sendo estes constituintes da língua. E assim argumenta:

[...] O enunciado não é uma unidade do mesmo gênero da frase, proposição ou ato de linguagem; não se apoia nos mesmos critérios; mas não é tampouco uma unidade como um objeto material poderia ser, tendo seus limites e sua independência. [...] O enunciado [...] é uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela instituição se eles ‘fazem sentido’ ou não, segundo a regra se sucedem ou se justapõem, de que são signos, e que espécie de ato se encontra realizado por sua formulação (oral ou escrita) (FOUCAULT, 2015, p. 104-105).

Dessa forma, o enunciado possibilita a percepção de se há ou não *frase*, *proposição* ou *ato ilocutório*, que são compostos por estruturas definidas, permitindo ou não a sua existência. O enunciado não existe sozinho, correlacionando-se a outros enunciados e se realiza na prática habitual da linguagem e, sendo assim, se caracteriza como o conjunto de signos em ação com características próprias, ganhando vida na prática, nunca no abstrato.

Com isso o autor apresenta a necessidade de um correlato do enunciado, de modo que para o enunciado existir ele necessita de um referente, da sua relação com outra coisa. Aqui ele traz o exemplo das letras de um teclado, em que se grafarmos a ordem das letras, esse se torna um enunciado, enquanto que o teclado sozinho exposto, não. Dessa maneira percebe-se que é a presença de um correlato a que se refere, aquilo de que se fala – que Foucault define como *tema*-, que definirá se a proposição apresenta um referente ou não. Neste sentido, diz o autor: “é preciso saber a que se refere um enunciado, qual é seu espaço de correlações, para dizer se uma

proposição tem ou não um referente” (FOUCAULT, 2015, p. 108). O correlato do enunciado é definido como “um conjunto de domínios em que tais objetos podem aparecer e em que tais relações podem ser assinaladas” (FOUCAULT, 2015, p. 110).

Nesta perspectiva o autor busca caracterizar, significar, conceituar o enunciado como sendo histórico, e por ser histórico, caminha com os homens, conforme as relações, acontecimentos e evoluções, não existindo fora do tempo e espaço. Aparece em determinado contexto, variando e modificando os significados. O interesse de Foucault, através do procedimento arqueológico, é entender o surgimento do enunciado no seu contexto e realidade específicos para poder identificar o seu significado. Espaço e tempo caminham lado a lado no campo da linguagem.

A partir da compreensão de enunciado pode-se entender o discurso como “um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva; ele não forma uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinalar (e explicar, se for o caso) na história” (FOUCAULT, 2015, p. 143). No mesmo lastro, define também prática discursiva como “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época, e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de

exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 2015, p. 144).

Após definir o *discurso*, o *enunciado* e a *prática discursiva*, Foucault explica o que é a análise arqueológica, diferenciando-a da história das ideias. Apresenta quatro diferenças as quais considera fundamental, para que a partir delas se possa entender o papel da análise arqueológica.

Como primeira explicação Foucault indica que: “A arqueologia busca definir não os pensamentos, as representações, as imagens, os temas, as obsessões que se ocultam ou se manifestam nos discursos, mas os próprios discursos, enquanto práticas que obedecem a regras” (FOUCAULT, 2007, p. 169). Dessa forma, o discurso, no estudo arqueológico, não é nada abstrato, e deles não interessa os instrumentos ocultos, mas sim as práticas reais, com contextos reais em dado tempo e espaço e regras estabelecidas.

A segunda explicação de Foucault aponta que a arqueologia busca “definir os discursos em sua especificidade; mostrar em que sentido o jogo das regras que utilizam é irreduzível a qualquer outro; segui-los ao longo de suas arestas exteriores para melhor salientá-los” (*Idem*, p. 170). Sua análise abrange variados tipos de discurso, não circunscritos às possibilidades sequenciais das formações discursivas, pois não interessa para o estudo arqueológico as transformações e modificações ocorridas na transitoriedade do discurso, assim como não importa o que era antes, nem o que veio a ser, mas como determinados discursos e

saberes se cristalizaram em determinada época. Refuta, assim, a ideia de linearidade histórica.

A terceira explicação mostra que a arqueologia “define tipos e regras de práticas discursivas que atravessam obras individuais, às vezes as comandam inteiramente e as dominam sem que nada lhe escape; mas às vezes, também, só lhes regem uma parte” (Idem, p. 170). Dessa forma não interessa para o estudo arqueológico a obra como instância superior, seu momento de destaque e/ou o princípio de sua autoria.

E por fim, caracteriza o estudo arqueológico como “a descrição sistemática de um discurso-objeto” (FOUCAULT, 2007, p. 171). Dessa forma ela funciona como uma reescrita que se baseia nas regras de formação, sem repetir o que foi dito, como “uma transformação regulada do que foi escrito” (FOUCAULT, 2007, p. 171). Desse modo o estudo arqueológico propõe uma análise, uma escavação de camadas, em que ele busca evidenciar as posições assumidas por determinados discursos de determinadas épocas e o que contribui para a ruptura de um determinado saber para outro.

O ESTUDO ARQUEOLÓGICO DE FOUCAULT E O ESTRUTURALISMO DE SAUSSURE

Nos itens anteriores buscamos trazer os principais conceitos desenvolvidos por Foucault nas obras *A Ordem do Discurso*, *As Palavras e as Coisas* e *Arqueologia do Saber*, em que ele

procura mostrar seu estudo arqueológico. Aqui vamos tentar identificar as contribuições deste estudo de Foucault no campo da linguística, bem como a diferença de sua análise para a análise estruturalista defendida por Saussure.

Na primeira metade do século XX, surge a gramática estruturalista que passa a estudar a língua e suas funcionalidades como estruturas fechadas, regida por regras gramaticais, conforme os estudos de Ferdinand de Saussure, constantes em sua obra póstuma *Curso de linguística geral* (MARTELOTTA, 2012).

No estruturalismo “a língua é uma estrutura, ou sistema, e é tarefa do linguista analisar a organização e o funcionamento dos seus elementos constituintes” (MARTELOTTA, 2012, p. 113). Nesta concepção estruturalista, defendida por Saussure, a língua passa a ser estudada com vistas às suas relações internas, independente da relação social, cultural e até mesmo geográfica. Isso é caracterizado como “*estudo imanente da língua*, o que significa dizer que toda preocupação extralinguística deve ser abandonada, uma vez que a estrutura da língua deve ser descrita apenas a partir de suas relações internas” ((MARTELOTTA, 2012, p. 115).

Saussure defende que o objeto da linguística se restringe a língua e não a fala, pois a língua passa a ser concebida como supra individual, sendo utilizada como instrumento de comunicação dos membros de uma sociedade e, neste sentido, se estabelece um contrato implícito com os falantes dessa comunidade linguística, regido por regras gramaticais

determinadas em um sistema fechado, uma estrutura. Não se trata, pois, de regras estabelecidas por estudiosos em livros, mas sim de uma internalização que o indivíduo faz desde quando começa a aquisição da linguagem, como expõe: “Trata-se de um tesouro depositado pela prática da fala em todos os indivíduos pertencentes à mesma comunidade, um sistema gramatical que existe virtualmente nos cérebros dum conjunto de indivíduos, pois a língua não está completa em nenhum, e só na massa ela existe de modo completo”. (SAUSSURE, 2006, p. 21).

Para Saussure a fala, nesta lógica, por ser de uso individual fica em segundo plano, pois a essência do ato comunicativo se dá a partir da língua como social e não no ato individual. Um sistema que por si só se regulamenta. Desse modo, afirma: “A língua, distinta da fala, é um objeto que se pode estudar separadamente” (SAUSSURE, 2006, p. 22). Muito embora Saussure tenha consciência da relação de dependência que existe entre língua e fala, salienta que isto não impede que as duas podem ser completamente diferentes: “existe, pois, interdependência da língua e da fala; aquela é ao mesmo tempo o instrumento e o produto desta. Tudo isso, porém, não impede que sejam duas coisas absolutamente distintas” (*Idem*, p. 27). Nessa lógica, os estudos de Saussure têm como instrumento principal de análise o estudo sincrônico que tem por finalidade descrever e estudar os aspectos da língua em determinado

período, não sua evolução, que ele descreve como diacrônico.

Enquanto os estudos de Saussure se direcionaram para a análise da língua e sua estrutura, que de certo modo exclui o sujeito e a história em sua análise, a preocupação de Foucault não estava aí repousada, pois seu estudo, mais claramente apresentado nas obras *A arqueologia do saber e As palavras e as coisas*, está voltado para a análise do discurso, a noção de enunciado e função enunciativa que inclui a história e o sujeito como participantes ativos do processo comunicativo da comunidade linguística. Fatores como o contexto e interação social são determinantes para o processo de significação, com espaço e tempo como 223 indissociáveis. O próprio Foucault nos oferece sua pauta:

Eu me dei como objeto uma análise do discurso, fora de qualquer formulação de ponto de vista. Meu programa não se fundamenta tampouco nos métodos da linguística. A noção de estrutura não tem nenhum sentido para mim. O que me interessa, no problema do discurso, é o fato de que alguém disse alguma coisa em um dado momento. Não é o sentido que busco evidenciar, mas a função que se pode atribuir uma vez que essa coisa foi dita naquele momento. Isto é o que eu chamo de acontecimento (FOUCAULT, 2012a, p. 255).

Desse modo, Foucault deixa explícito que o que interessa em sua análise não são as estruturas que “acorrentam” e deixam imóveis no tempo, sentidos e significados, mas o sentido e o significado daquilo que foi dito em dado momento, assim como a sua aquisição pelos

demais membros do convívio social. Importa-lhe o porquê de certo saber, de certo discurso, de certo acontecimento e a função que este discurso exerce, a partir do momento que foi dito.

Outro ponto de destaque é que na lingüística estruturalista, defendida por Saussure, o significante (imagem acústica) e o significado (conceito) são indissociáveis. Para Foucault, ao contrário, o mais importante destes seria o significante, pois o discurso a que se propõe analisar age no imaginário.

A leitura de Foucault entrega uma hipótese: a de que este leu Saussure e outros estruturalistas, pois em vários momentos de sua obra ele cita o estruturalismo, bem como Saussure, o que nos leva a crer que os estudos de Saussure e suas dicotomias *língua (langue)* e *fala (parole)*, *diacronia* e *sincronia*, exercem forte influência para os estudos posteriores da linguagem, pois é a partir de suas reflexões e teorias sobre a língua e objeto de estudo da lingüística, que se abre espaço para que novos estudos indiquem outras possibilidades de análise da linguagem como forma aberta e social, dependente do contexto e das relações sociais estabelecidas e não como o estruturalismo propõe como sistema fechado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foucault foi um estudioso inquietante que trouxe contribuições importantes para os estudos da linguagem e compreensão dos discursos como instauradores de ordem, saber e disciplina dentro

das instituições sociais, como escolas, hospitais, hospícios e prisões, identificando as formas de controle exercidas na manipulação dos corpos e das mentes, assim como o sistema e formas de punições para os que não as seguem, ou se desviam dos moldes ditados pelos discursos sociais estabelecidos, com comportamentos divergentes. Seus estudos estão cheios de exemplos de formas de opressão, como o modelo de prisão desenvolvido por Jeremy Bentham, o *panóptico* (lugar em que se poderia ver sem ser visto), comum no século XVIII. Esses exemplos servem para justificar que a forma de dominação e vigilância constante que perdura na modernidade: um modelo de onde o temor de não vê quem nos vigia nos faz reféns do medo. 224

Nos dias atuais essa vigilância não só acontece nas instituições, mas também no nosso dia a dia, em que somos constantemente rodeados por câmeras, satélites, polícia, seguranças privados, e até mesmo pelo olhar dos que nos rodeiam, onde um desvio de “conduta” é passível de punição.

Para Foucault essas formas de dominação impostas por meio das relações de poder e coerção cumprem o papel de silenciamento do ser e do saber e não se dão somente por fontes controladoras oficiais, como exército, governo, igrejas, etc., mas por diversos níveis que permeiam a vida em sociedade. Compete aos indivíduos levantar-se na posição de resistência e lutar contra as formas de dominação, mesmo correndo risco das possíveis punições. As formas de resistência, vistas como ruptura, cisão contra o que foi naturalizado,

propicia a possibilidade de construção de novos saberes, um “começar de novo”, que ele coloca como um “eterno recomeço”, a descontinuidade de saberes para construção de novas *epistemes*.

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 8. Ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

_____. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 14. ed., São Paulo: Edições Loyola, 2012.

_____. **Estratégia, poder-saber**. Tradução Vera Lucia Avellar Ribeiro. Organização e seleção de textos de Manoel Barros da Motta. Coleção Ditos & Escritos IV. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012a.

_____. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. Tradução de Salma Tannus Muchail. 9ª ed. São Paulo: Martins fontes, 2007.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARTELOTTA, M. E. **Manual de Linguística**. São Paulo: Contexto, 2012.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística Geral**. Organizado e editado por Charles Bally e Albert Sechehaye. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

NOTAS

ⁱ Doutor em Filosofia pela UGF-RJ (2005); Pós-Doutor em Filosofia Contemporânea pela FFLCH/USP. Pesquisador colaborador da FFLCH/USP (2018-2019). Professor Adjunto do Centro de Educação e Letras - Campus Floresta na Universidade Federal do Acre (UFAC). Líder do Grupo de Estudos Sócio-Históricos Filosóficos da Educação - GESHFE/UFAC.

ⁱⁱ Mestre em Letras: Linguagem e Identidade pela Universidade Federal do Acre (UFAC) em 2019. Licenciada em Letras/Português pela UFAC/Campus da Floresta. Professora da Rede Pública de Ensino do Estado do Acre.

Recebido em: 03/06/2020.

Aprovado em: 29/10/2020.

Publicado em: 31/01/2021.